

LEI Nº 3.154, DE 19 DE JULHO DE 2011.

(Revogada pela Lei nº 3.504/2018)

~~**DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA
ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE
2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**~~

A Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, através de seus representantes legais, aprova a seguinte Lei:

~~**Art. 1º.** O orçamento do Município de Alegre, para o exercício financeiro de 2012, será elaborado e executado segundo as diretrizes gerais estabelecidas nos termos desta Lei em cumprimento ao § 2º do art. 165, da Constituição Federal, § 2º do art. 98 da Lei Orgânica Municipal e art. 4º da Lei Complementar nº. 101, compreendendo:~~

- ~~I – as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;~~
- ~~II – a organização e estrutura dos orçamentos;~~
- ~~III – as diretrizes gerais para elaboração da lei orçamentária anual e suas alterações;~~
- ~~IV – as diretrizes para execução da Lei Orçamentária;~~
- ~~V – as disposições sobre a Dívida Pública Municipal;~~
- ~~VI – as disposições sobre alterações na legislação tributária do município;~~
- ~~VII – as disposições relativas às despesas com pessoal;~~
- ~~VIII – as disposições finais.~~

~~**CAPÍTULO I**~~

~~**Das Prioridades e Metas da Administração Municipal**~~

~~**Art. 2º.** Em obediência ao disposto no § 3º do art. 98 da Lei Orgânica Municipal, esta lei definirá as metas e prioridades da administração pública municipal para o exercício financeiro de 2012, estabelecidas no Anexo I que a integra esta lei, em compatibilidade com a programação dos orçamentos e os objetivos e metas estabelecidas no PPA.~~

~~**Art. 3º.** Em cumprimento ao disposto no art. 4º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, resultado nominal e o montante da dívida pública para o exercício de 2012, estão identificados nos Demonstrativos I a VIII que integram esta Lei, em obediência a Portaria nº. 249, de 30 de abril de 2010, expedida pela Secretaria do Tesouro Nacional.~~

~~**Art. 4º** Os Anexos de Metas Fiscais referidos no artigo anterior, constituem-se dos seguintes informações:~~

- ~~I – **Demonstrativo I:** Metas Anuais;~~
- ~~II – **Demonstrativo II:** Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;~~
- ~~III – **Demonstrativo III:** Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;~~

- ~~IV- Demonstrativo IV: Evolução do Patrimônio Líquido;~~
- ~~V- Demonstrativo V: Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;~~
- ~~VI- Demonstrativo VI: Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS;~~
- ~~VII- Demonstrativo VII: Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;~~
- ~~VIII- Demonstrativo VIII: Margem de expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.~~

~~**Parágrafo único.** Os Demonstrativos referidos neste artigo serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá as Metas Fiscais do Município.~~

CAPÍTULO II

Da Organização e Estrutura dos Orçamentos

~~**Art. 5º.** Os Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social discriminarão a despesa por Unidade Orçamentária, segundo a classificação funcional-programática estabelecida pela Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, expedida pelo Ministério de Orçamento e Gestão, especificando discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I, do § 1º, do art. 2º, e § 2º, do art. 8º, ambos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, especificando para cada projeto, atividade e operação especial os grupos de despesas com seus respectivos valores.~~

~~**Art. 6º.** Para efeito desta Lei, entende-se por:~~

- ~~I- programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;~~
- ~~II- atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;~~
- ~~III- projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;~~
- ~~IV- operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;~~
- ~~V- unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional.~~

~~**Art. 7º.** Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores em metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.~~

~~**Art. 8º.** Cada atividade, projeto e operação especial, identificará a função, subfunção, o programa de governo, a unidade e o órgão orçamentário, às quais se vinculam.~~

~~**Parágrafo único.** Na indicação do grupo de despesa a que se refere o caput deste artigo será obedecida a seguinte classificação estabelecida em norma federal:~~

- ~~I- pessoal e encargos sociais;~~
- ~~II- juros e encargos da dívida;~~
- ~~III- outras despesas correntes;~~
- ~~IV- investimentos;~~
- ~~V- inversões financeiras;~~
- ~~VI- amortização da dívida;~~
- ~~VII- reserva de contingência.~~

~~**CAPÍTULO III**~~

~~**Das Diretrizes Gerais para Elaboração da Lei Orçamentária Anual e suas Alterações**~~

~~**Art. 9º.** O orçamento do Município para o exercício de 2012 será elaborado e executado visando a obedecer entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, em consonância com o disposto no § 1º, do art. 1º, alínea "a" do inciso I, do art. 4º e art. 48 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, e a ampliação da capacidade de investimento.~~

~~**Art. 10.** Os estudos para definição da estimativa da receita para o exercício financeiro de 2012 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, considerará os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes, conforme preceitua o art. 12 da Lei Complementar nº. 101, de maio de 2000.~~

~~**Art. 11.** No Projeto de Lei da Proposta Orçamentária Anual, as receitas e as despesas serão orçadas em moeda corrente (real), estimados para o exercício de 2012.~~

~~**Art. 12.** O Poder Legislativo, o IPASMA Instituto de Previdência e Assistência Municipal de Alegre, o SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Alegre e a FAFIA Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Alegre, encaminharão ao Poder Executivo até 15 de agosto de 2011, a descrição e valores das suas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do projeto de lei da Proposta Orçamentária Anual.~~

~~**I-** a proposta orçamentária da despesa do Poder Legislativo observará o disposto no art. 29-A da Constituição Federal, bem como a previsão da receita municipal para o exercício financeiro de 2012;~~

~~**II-** os duodécimos repassados ao Poder Legislativo, não ultrapassarão os percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior, conforme disposto no inciso I do art. 29-A da Constituição Federal;~~

~~**III-** na efetivação do repasse mensal dos duodécimos ao Poder Legislativo, observar-se-á o limite máximo de repasse estabelecido pelo inciso I, do art. 29-A da Constituição Federal, sendo vedado o repasse de qualquer outro valor em moeda corrente.~~

~~**Art. 13.** Na programação da despesa serão observadas:~~

~~I- nenhuma despesa poderá ser fixada sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos;~~

~~II- não poderão ser incluídas despesas a título de Investimento — Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do §§ 2º, 3º do art. 167, da Constituição Federal e do art. 65 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000;~~

~~III- o município fica autorizado a contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, quando atendido o art. 62, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.~~

~~**Art. 14.** os órgãos da administração indireta e instituições que receberem recursos públicos municipais, terão suas previsões orçamentárias para o exercício de 2012 incorporados à proposta orçamentária do Município.~~

~~**Art. 15.** Somente serão incluídas, na Proposta Orçamentária Anual, dotações para o pagamento de juros, encargos e amortização das dívidas decorrentes das operações de crédito contratadas ou autorizadas até a data do encaminhamento do Projeto de Lei da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal.~~

~~**Art. 16.** A Receita Corrente Líquida, definida de acordo com inciso IV do art. 2º, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, será destinada, prioritariamente aos custeios administrativos e operacionais, inclusive pessoal e encargos sociais, bem como ao pagamento de amortizações, juros e encargos da dívida, à contrapartida das operações de crédito e às vinculações, observados os limites estabelecidos pela mesma lei.~~

~~**Art. 17.** O Poder Executivo destinará no mínimo 15% (quinze por cento) das seguintes receitas arrecadada durante o exercício de 2012, destinado as ações e serviços públicos de saúde, para fins do atendimento disposto no art. 198 da Constituição Federal:~~

~~I- do total das receitas de impostos municipais (ISS, IPTU, ITBI);~~

~~II- do total das receitas de transferências recebidas da União (quota parte do FPM; quota parte do ITR; quota parte de que trata a Lei Complementar n.º 87/96 — Lei Kandir);~~

~~III- do Imposto de Renda Retido na Fonte — IRRF;~~

~~IV- das receitas de transferências do Estado (quota parte do ICMS; quota parte do IPVA; quota parte do IPI — exportação);~~

~~V- da receita da dívida ativa tributária de impostos;~~

~~VI- da receita das multas, dos juros de mora e da correção monetária dos impostos e da dívida ativa tributária de impostos.~~

~~**Art. 18.** Na programação de investimentos serão observados os seguintes princípios:~~

~~I- novos projetos somente serão incluídos na lei orçamentária após atendidos os projetos em andamento, contempladas as despesas de conservação do patrimônio público e assegurada a contrapartida de operações de créditos;~~

~~II- as ações delineadas nesta Lei, terão prioridade sobre as demais.~~

~~**Art. 19.** A dotação consignada para Reserva de Contingência será fixada em valor não superior a 2,0% (dois por cento) da previsão da Receita Corrente Líquida para 2012.~~

~~**§ 1º.** Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto na Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, expedida pelo Ministério do Orçamento e Gestão, art. 8º da Portaria Interministerial nº. 163, de 04 de maio de 2001, Expedida pela Secretaria do Tesouro Nacional, conjugado com o disposto na alínea "b" do inciso III do art. 5º, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.~~

~~**§ 2º.** Os recursos da Reserva de Contingência destinados a Riscos Fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de dezembro de 2012, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares as dotações que se tornaram insuficientes.~~

~~**Art. 20.** O Poder Executivo, Legislativo e Autarquias Municipais poderão, mediante Decreto do Poder Executivo, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária de 2012 e em seus créditos adicionais, em decorrência de extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação.~~

~~**Art. 21.** As modificações a que se refere o artigo anterior também poderão ocorrer até o limite de 35% (trinta e cinco por cento) do valor das despesas fixadas, os quais deverão ser abertos mediante Decreto do Chefe do Poder Executivo, conforme art. 42 da Lei Federal 4.320/64.~~

~~**Art. 22.** O orçamento fiscal compreenderá os Poderes Executivo e Legislativo, seus fundos, órgão e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas ou mantidas pelo município.~~

~~**Art. 23.** Ficam os Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, autorizados a abrir créditos suplementares até o limite estabelecido no **art. 21**, para reforço de dotações orçamentárias que apresentarem insuficiências orçamentárias, utilizando como fonte de recursos as definidas no art. 43 da Lei Federal n. 4.320 de 17 de março de 1964, e parecer consulta do TCEES n. 028/2004.~~

~~**Parágrafo único.** As alterações do quadro de detalhamento da despesa — QDD, poderão ser efetuadas mediante Decreto do Poder Executivo, nos mesmos níveis de modalidade de aplicação e categoria econômica da despesa, para atender às necessidades de execução da despesa, não deduzindo tais remanejamentos, do percentual estabelecido no **art. 21**.~~

~~**Art. 24.** O orçamento fiscal previsto na Lei Orgânica Municipal, compreenderá os Poderes Executivos e Legislativo, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas ou mantidas pelo município.~~

CAPÍTULO IV

~~Das Diretrizes para Execução da Lei Orçamentária~~

~~Art. 25.~~ Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2012, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

~~§ 1º.~~ Para a limitação de empenho terão prioridades as seguintes despesas:

- ~~I-~~ projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;
- ~~II-~~ obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- ~~III-~~ dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura;
- ~~IV-~~ dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades;
- ~~V-~~ dotações destinadas a subvenções sociais e transferências voluntárias.

~~§ 2º.~~ Excluem da limitação prevista no caput deste artigo:

- ~~I-~~ as despesas com pessoal e encargos sociais;
- ~~II-~~ as despesas com benefícios previdenciários;
- ~~III-~~ as despesas com amortização, juros e encargos da dívida;
- ~~IV-~~ as despesas com PASEP;
- ~~V-~~ as despesas com pagamento de precatórios e sentenças judiciais;
- ~~VI-~~ as demais despesas que constituam obrigação constitucional e legal.

~~§ 3º.~~ O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no caput deste artigo.

~~§ 4º.~~ O Poder Executivo e o Poder Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos na limitação do empenho e da movimentação financeira.

~~§ 5º.~~ Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não será suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, adotar-se-ão as mesmas medidas previstas neste artigo.

~~Art. 26.~~ Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações de governo.

~~Art. 27.~~ A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos e funções ou alterações de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título e a reestruturação organizacional, pelo Poder Executivo e o Poder Legislativo, somente serão admitidos:

~~I- se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;~~

~~II- se observado o limite estabelecido no inciso III do art. 20, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;~~

~~III- através de lei específica.~~

~~**Art. 28.** A execução orçamentária, direcionada para a efetivação das metas fiscais estabelecidas, deverá ainda, manter a receita corrente superavitária frente às despesas correntes, com a finalidade de comportar a capacidade própria de investimento.~~

~~**Art. 29.** O Poder Executivo poderá firmar convênios com outras esferas do governo e instituições privadas para o desenvolvimento dos programas, com ou sem ônus para o município.~~

~~**Art. 30.** A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica.~~

~~**§ 1º.** Os pagamentos serão efetuados após aprovação pelo Poder Executivo do Plano de Trabalho apresentado pela entidade beneficiada.~~

~~**§ 2º.** As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo fixado pelo Poder Executivo, na forma estabelecida no termo de convênio firmado.~~

~~**Art. 31.** As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito, nos termos do art. 45 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.~~

~~**Art. 32.** As despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária, observando o disposto no Art. 62 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.~~

~~**Art. 33.** Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com outras esferas de Governo, no ensino superior, com a finalidade de gerar mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho.~~

CAPÍTULO V

Das Disposições sobre a Dívida Pública Municipal

~~**Art. 34.** A Proposta Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2012 poderá conter autorização para contratação de operação de crédito para atendimento a despesas de capital observado o limite estabelecido por resolução do Senado Federal.~~

~~**Art. 35.** A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica, nos termos do Parágrafo único do art. 32, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.~~

CAPÍTULO VI

~~Das Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária do Município~~

Art. 36. — O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vista a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes, nos termos do art. 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 37. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita, nos termos do inciso II do § 3º do art. 14, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 38. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, conforme dispõe o § 2º do art. 14, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. Para incentivar a arrecadação, fica o Chefe do Executivo Municipal, autorizado a instituir através de Decreto, campanha de estímulo de pagamento de tributos através de Sistema de Sorteio de Prêmios, para os contribuintes do Imposto Predial e Territorial Urbano e dívida ativa.

CAPÍTULO VII

~~Das Disposições Relativas às Despesas com Pessoal~~

Art. 39. O Poder Executivo e o Poder Legislativo, mediante lei autorizativa, poderão em 2012, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras estabelecidas pela legislação em vigor.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de Orçamento para 2012.

Art. 40. Ressalvada a hipótese do inciso X do art. 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes Executivo e Legislativo, não excederá os limites estabelecidos para gastos com pessoal na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 41. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no inciso III do art. 20, inciso V do Parágrafo único do art. 22, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

~~**Art. 42.** O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na legislação em vigor:-~~

- ~~I- eliminação de gratificações e vantagens concedidas a servidores;~~
- ~~II- eliminação das despesas com horas extras;~~
- ~~III- exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;~~
- ~~IV- dispensa de servidores admitidos em caráter temporário.~~

~~**CAPÍTULO VIII**~~ ~~**Das Disposições Finais**~~

~~**Art. 43.** O Projeto de Lei da Proposta Orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2012, deverá assegurar a transparência na elaboração e execução do orçamento.~~

~~**Parágrafo único.** O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, na utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.~~

~~**Art. 44.** O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos arts. 13 e 8º da Lei Complementar nº. 101/2000.~~

~~**Art. 45.** O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do exercício vigente.~~

~~**Art. 46.** Se a Proposta Orçamentária Anual não for aprovada até o término do exercício financeiro de 2011 pelo Poder Legislativo, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.~~

~~**Art. 47.** São vedados quaisquer procedimentos, no âmbito dos sistemas de orçamento, programação financeira e Contabilidade, que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.~~

~~**Art. 48.** Os créditos especiais e extraordinários autorizados nos últimos 04 (quatro) meses do exercício financeiro de 2011 poderão ser reabertos, no limite de seus saldos, os quais serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro de 2012, conforme o disposto no § 2º do art. 167, da Constituição Federal.~~

~~**Parágrafo único.** Na reabertura dos créditos a que se refere este artigo, a fonte de recursos deverá ser identificada como saldo de exercícios anteriores, independentemente da fonte de recursos à conta da qual os créditos foram abertos.~~

~~**Art. 49.** Para fins do disposto no art. 16º, parágrafo 3º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, fica estabelecido como despesas consideradas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante não exceda ao valor limite para dispensa~~

~~de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666 de 1993, e suas alterações, devidamente autorizado.~~

~~**Art. 50.** O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da Receita Corrente Líquida, e as respectivas memórias de cálculo.~~

~~**Art. 51.** A lei orçamentária discriminará, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição Federal.~~

~~**§ 1º.** Para fins de acompanhamento, controle e centralização, administração pública municipal submeterá os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Assessoria Jurídica do Município.~~

~~**§ 2º.** Os recursos alocados para os fins previstos no caput deste artigo não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade, exceto no caso de saldo orçamentário remanescente ocioso.~~

~~**Art. 52.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.~~

~~Alegre (ES), 19 de julho de 2011.~~

~~**JOSÉ GUILHERME GONÇALVES AGUILAR**
Prefeito municipal~~

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Alegre.

ANEXO I

METAS E PRIORIDADES PARA 2012

O Anexo de Metas e Prioridades para o exercício financeiro de 2012 passará a vigorar de acordo com o disposto na Lei Municipal que aprovará o Plano Plurianual de 2010-2013 e demais alterações, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei, o qual passará a constar as seguintes prioridades:

1.001	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA O GABINETE
1.002	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E MATERIAL PERMANENTE PARA FUNCIONAMENTO DO PODER LEGISLATIVO
1.003	REFORMA/AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA CMA
1.004	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA SMA
1.005	AQUISIÇÃO DE IMÓVEL PARA AMPLIAÇÃO DAS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO
1.006	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA SEMF
1.008	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA FÁBRICA DE ARTEFATOS DE CIMENTO
1.010	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS PARA SEMAGMA
1.012	AQUIS. MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA SEMUT
1.015	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA SEMDES
1.016	REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SEDE ADMINISTRATIVA
1.017	RECUPERAÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS
1.021	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E MOTOS PARA A FISCALIZAÇÃO MÓVEL
1.028	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PONTES E MATA-BURROS
1.029	AMPLIAÇÃO, E CONSTRUÇÃO CAPELA MORTUÁRIA NA SEDE E NOS DISTRITOS
1.030	CONSTR. MUROS ARRIMO, DE CEMIT. E MUROS CONSTR. ENCOSTAS SEDE E DISTR
1.032	CONSTRUÇÃO DE ESCADARIAS NA SEDE E DISTRITOS
1.033	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES, JARDINS E CICLOVIAS SEDE E DISTRITOS
1.034	IMPLANT. E AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA SEDE E DISTRITOS
1.036	CALÇAM. PARALEL.RUAS, INCL. MURETAS CONT. E DRENAGEM, SEDE E DISTRITOS
1.037	PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DAS RUAS DA SEDE E DOS DISTRITOS
1.038	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE MEIO-FIOS EM RUAS SEDE E DISTRITOS
1.039	CONSTR. E RECUP.CAIXAS, BUEIROS, CALHAS, CANALETAS E GALERIAS NA SEDE E DISTRITOS
1.040	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS
1.041	CONSTRUÇÃO DE ALAMBRADO - UNIDADE DE TRIAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS
1.042	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA O NÚCLEO DE INSEMINAÇÃO

1.043	CONSTR. E REFORMA DE SALAS NO GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES
1.044	AQUISIÇÃO EQUIPAM. ACADEMIA GINÁSTICA P/GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES
1.045	CONSTRUÇÃO, REFORMA E MANUTENÇÃO DE QUADRAS ESPORTIVAS, ESTÁDIOS E OUTRAS ÁREAS ESPORTIVAS
1.047	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA OFICINAS DE MÚSICA E ARTESANATO
1.048	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA O TEATRO MUNICIPAL
1.053	CONSTRUÇÕES, REFORMAS E RESTAURAÇÕES
1.054	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES HABITACIONAIS
1.057	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS P/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
1.058	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA SEME
1.059	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E VEÍCULOS PARA A SEMSA – ADMINISTRATIVO
1.062	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA SEMASDH
1.063	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIP. P/ SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO DE CRIAN. E ADOLESC. CASA PASSAGEM
1.064	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS P/ CONSELHOS DA SEMASDH
1.065	REESTRUTURAÇÃO E REFORMA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
1.066	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL
1.068	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL
1.069	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL – MDE
1.070	AQUISIÇÃO DE BENS IMÓVEIS P/ MUNICÍPIO
1.071	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA USO DA SMA
1.072	CONSTRUÇÃO, REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE PONTO DE ÔNIBUS NA SEDE OU DISTRITOS
1.073	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL
1.074	CONSTRUÇÃO REFORMA E AMPLIAÇÃO QUAD. POLIESP. E ESCOLA E CONST. MUR
1.075	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS P/ INSTALAÇÃO DE UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL
1.076	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O SETOR DE ODONTOLOGIA
1.077	CONSTRUÇÃO REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA
1.078	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E VEÍCULOS PARA UNIDADES DE ESF NO INTERIOR
1.079	AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS PARA PROGRAMA EDUCAÇÃO EM SAÚDE
1.080	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS PARA NÚCLEO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
1.081	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA SISVAN - VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
1.082	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS - CENTRO DE TRIAGEM E ACOMPANHAMENTO DST/AIDS
1.083	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA A FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL
1.084	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÓVEIS E VEÍCULOS PARA O PRONTO SOCORRO MUNICIPAL
1.085	CONTRUÇÃO, REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL
1.086	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O CREAS

1.089	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS P/ FUNDO CRIANÇA E ADOLESCENTE
1.090	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL
1.091	CONSTRUÇÃO REFORMA E AMPLIAÇÃO QUADRA POLIESPORTIVA E ESCOLAS E CONST. MUR
1.092	CONTRUÇÃO REFORMA E AMPLIAÇÃO QUAD. POLIESP. E ESCOLAS E CONST. MUR – CONVÊNIO
1.093	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS – CONVÊNIO
1.094	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS DA FAFIA
1.095	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA A FAFIA
1.096	AQUISIÇÃO DE LIVROS PARA A BIBLIOTECA DA FAFIA
1.097	MODERNIZAÇÃO E APARELHAMENTO DE LABORATÓRIOS
1.098	CONTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS CASAS DE QUÍMICA
1.099	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO NAS INSTALAÇÕES PREDIAIS DA ADMINISTRAÇÃO DO SAAE
1.100	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MOTOCICLETAS E MÁQUINAS PESADAS PARA O SAAE
1.101	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E TECNOLÓGICOS PARA O SAAE
1.102	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE REDES DE ÁGUA, DE ESGOTO E DE CAPTAÇÃO E TRATAMENTO DE ÁGUA
1.103	AQUISIÇÃO DE RESERVATÓRIOS E EQUIPAMENTOS PARA O SISTEMA DE TRATAMENTO DE ÁGUA
1.104	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS PARA O SAAE
1.109	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA A PROCURADORIA GERAL
1.113	REFORMA AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DE SAÚDE, C/ AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS
1.118	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS , EQUIP. E VEÍCULOS ENSINO FUNDAMENTAL C/ REC. SALÁRIO EDUCAÇÃO
1.120	CONST, REFOR. E AMPL. ESTÁDIOS E CAMPOS FUTEBOL, C/ AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS
1.121	CONSTR, REFORMA E AMPLIAÇÃO ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO
1.122	AQUISIÇÃO DE IMÓVEL - PARA CASA DE PASSAGEM
1.124	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
1.133	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A CASA DE PASSAGEM
1.134	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA USO DAS UNIDADES DE SAÚDE
1.136	RESTAURAÇÃO DO SOLAR MIGUEL SIMÃO
1.137	CONSTRUÇÃO DE PASSARELLA PARA PEDESTRES EM PONTES
1.138	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA A SEC. MUNIC. COMUNICAÇÃO
1.139	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA A UCCI
1.140	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA A SEMUIT
1.141	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS E VEÍCULOS PARA A SEMUIT
1.142	CONSTRUÇÃO, REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DA CASA DE PASSAGEM
1.143	AQUISIÇÃO DE EQUIP. ASSOCIAÇÃO LUIZA DE MARILAC
1.144	INVESTIMENTO EM AÇÕES DE COMBATE A POBREZA E DESIGUALDADES SOCIAIS

1.146	AQUISIÇÃO DE BENS IMÓVEIS RURAL - CONV. ESTADUA - FAZENDA DA ESPERANÇA
1.173	REFORMA DA CASA DE CARIDADE SÃO JOSÉ
1.174	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E VEÍCULOS PARA O NÚCLEO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
1.175	CONSTRUÇÃO, REFORMA AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DE SAÚDE,/ C/ AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS - CONVÊNIO ESTADUAL
1.176	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DA SEDE PRÓPRIA DO IPASMA
1.177	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULO PARA O IPASMA
1.178	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS P/ URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
1.179	CONST, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO
1.180	INTERVENÇÃO VIÁRIA E URBANÍSTICA NA REGIÃO CENTRAL DO MUNICÍPIO
1.181	AQUISIÇÃO DE IMÓVEL PARA CENTRO DE REABILITAÇÃO PARA MULHERES DEP. QUIMICA
1.182	AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS
1.183	REFORMA DE TELHADO DO HOSPITAL CASA DE CARIDADE SÃO JOSÉ
1.184	AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIAS E/OU VEÍCULOS
1.185	CONSTRUÇÃO, REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE
2.001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA
2.002	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO
2.003	CONTRIBUIÇÃO À ENCAPER
2.004	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PROCURADORIA GERAL
2.005	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
2.006	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES FAZENDÁRIAS
2.007	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CONTABILIDADE DA PREF. MUNICIPAL
2.008	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO
2.009	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
2.010	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA COORDENAÇÃO DE CULTURA
2.011	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA COORDENAÇÃO DO DESPORTO
2.012	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA E AÇÕES DE DESENV. SUSTENTÁVEL
2.013	MANUTENÇÃO DE CEMITÉRIOS PÚBLICOS
2.014	MANUTENÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA
2.015	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA
2.016	MANUTENÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS
2.017	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E PONTES
2.018	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO DE VIAS
2.019	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO LAERTE DE PAIVA GAMA (ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO) - ARIE

2.020	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA FEIRA E DO MATADOURO PÚBLICO
2.021	REALIZAÇÃO DE FESTAS MUNICIPAIS
2.022	PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS, CULTURAIS E ARTÍSTICOS
2.023	MANUTENÇÃO SETOR ADM-PEDAGÓGICA SEC. EDUCA,ÃO E EDUC. INFANTIL
2.024	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 40%
2.025	VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO - FUNDEB 60%
2.026	MANUT. ATIVIDADES ENSINO FUNDAMENTAL C/ REC. SALÁRIO EDUCAÇÃO
2.027	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE
2.029	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL
2.031	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - PNAE
2.032	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - PNAC
2.033	MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL - PNATE
2.034	MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR REDE ESTATUAL - CONVÊNIO SEDU
2.035	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE - FMS
2.036	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
2.037	SUBVENÇÕES SOCIAIS
2.039	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PLANTÃO SOCIAL(Doações a Pessoas em situação de Vulnerabilidade Social)
2.040	MANUTENÇÃO DA SEMASDH, FMAS E DOS CONSELHOS VINCULADOS
2.041	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DE ALEGRE
2.042	SERVIÇOS HOSPITALARES
2.043	SERVIÇOS AMBULATORIAIS
2.044	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE-GESTÃO PLENA E DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS
2.045	MANUTENÇÃO ATENDIMENTO BÁSICO DA SEMSA
2.046	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - VISA
2.047	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, VIG. AMBIENTAL E VIGILÂNCIA EM SAÚDE
2.048	MANUTENÇÃO PROG. FARMÁCIA BÁSICA (FEDERAL, ESTATUAL E MUNICIPAL)
2.049	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES PROG. SAÚDE FAMÍLIA (ESF) INCENTIVO BUCAL (ISB)
2.050	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES PROG. AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE (EACS)
2.051	REPASSE A APAE COM RECURSOS DO PROGRAMA PTMC - PISO DE TRANSIÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE
2.053	PROGRAMA PVMC PETI SSE - PISO VARIÁVEL DE MÉDIA COMPLEXIDADE
2.054	PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - FAMÍLIA/COMUNIDADE/IDOSO
2.055	DOAÇÕES ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES BAIXO PADRÃO SÓCIO-ECONÔMICO
2.056	MANUTENÇÃO ATIV. FUNDO MUN. DIR. CRIANÇAS E ADOLESCENTES E CONSELHOS VINCULADOS

2.057	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CASA DE PASSAGEM - MASCULINO
2.066	CUMPRIMENTO DE PRECATÓRIOS E DE SENTENÇAS JUDICIAIS
2.067	CONTRIBUIÇÃO PARA O PASEP
2.068	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRATADA
2.077	APOIOS ÀS ATIVIDADES DE CURSO PRÉ-VESTIBULAR
2.078	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL
2.079	MANUTENÇÃO E EXPANSÃO DA FAFIA
2.080	CONTRIBUIÇÃO PARA O PASEP E OUTRAS OBRIGAÇÕES - FAFIA
2.081	AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDAS A LONGO PRAZO - FAFIA
2.082	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DO SAAE
2.083	MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA
2.084	MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTO
2.085	CONTRIBUIÇÃO PARA O PASEP E OUTRAS OBRIGAÇÕES
2.086	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO IPASMA
2.087	CONTRIBUIÇÃO PARA O PASEP E OUTRAS OBRIGAÇÕES - IPASMA
2.088	PAGAMENTO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS COM PARIDADE
2.089	PAGAMENTO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS SEM PARIDADE
2.090	PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DOS ATIVOS
2.099	RESERVA DE CONTINGÊNCIA
2.100	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRATADA CMA
2.101	MANUTENÇÃO DOS ESTÁDIOS MUNICIPAIS E CAMPOS DE FUTEBOL
2.102	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES NÃO CONTEMPLADAS PELO 25% RECURSO PRÓPRIO
2.106	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA - BOLSA FAMÍLIA - CADASTRO ÚNICO
2.109	CONTRIBUIÇÃO A APROART
2.110	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PAIF/CRAS
2.113	PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE - CREAS
2.115	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES A DIVERSOS ÓRGÃOS E ENTIDADES
2.116	BENEFÍCIO PRESTAÇÃO CONTINUADA
2.117	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA À MULHER
2.118	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PRO JOVEM ADOLESCENTE
2.119	PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL
2.120	MANUTENÇÃO E CAPACITAÇÃO - PROGRAMA NOSSO CRÉDITO
2.121	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES A DIVERSOS ÓRGÃO E ENTIDADES
2.122	CONTRIBUIÇÃO AO CONSORCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO CAPARÃO

2.123	SUBVENÇÃO À CASA DE CARIDADE SÃO JOSÉ
2.124	CONTRIBUIÇÃO AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE POLO CAPARAÓ
2.125	CONTRIBUIÇÃO AO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALEGRE
2.126	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CONSELHOS VINCULADOS A SEC. DE EDUCAÇÃO
2.127	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE BANDAS DE MÚSICAS DAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL
2.130	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE REVITALIZAÇÃO DE NASCENTES
2.132	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADE DO TIRO DE GUERRA TG 001-005
2.133	ASSOCIAÇÃO DAS DAMAS DE CARIDADES
2.134	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADE DO FUNDO DE COMBATE A POBREZA E DESIGUALDES SOCIAIS - FUNCOP
2.141	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA AO IDOSO
2.142	MANUTENÇÃO TRATAMENTO E DESTINAÇÃO RESÍD. SÓLIDOS
2.143	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR COM RECURSO PNAP
2.144	CONTRIBUIÇÃO A ESCOLA DE MÚSICA 'SANTI CLAIR PINHEIROS'
2.145	CONTRIBUIÇÃO PARA CASA DA CULTURA DE ALEGRE
2.146	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E SUSTENTÁVEL - CMDRS
2.147	MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS EM TORRES DE TV - MELHORIA DO SINAL
2.148	CONTRIBUIÇÃO "LIRA CARLOS GOMES"
2.149	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO
2.151	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO UCCI
2.153	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INTERIOR E TRANSPORTES
2.170	CONTRIBUIÇÕES AO CONSÓRCIO INTERMUNIC. DESENVOLVIMENTO SUSTENT. REGIÃO DO CAPARAÓ
2.171	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CASA DE PASSAGEM - FEMININO
2.172	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CAPS (CENTRO DE ATENDIMENTO PSICO SOCIAL)
2.173	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE POLO UAB
2.174	MANUTENÇÃO SETOR ADM-PEDAGÓGICA SEC. EDUCAÇÃO E EDUC. INFANTIL- MDE
2.175	DESTINAÇÃO FINAL ADEQUADA PARA RESÍDUOS SÓLIDOS
2.176	PROJETOS DE EDUCAÇÃO E EXTENSÃO AMBIENTAL
2.178	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
2.179	PROJETO PARLAMENTO JOVEM
2.180	MANUTENÇÃO DO PROJÓVEM TRABALHADOR - JUVENTUDE CIDADÃ
2.181	MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS
9.999	RESERVA DO IPASMA

ANEXO II

ANEXO DE METAS FISCAIS

Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Fiscais Anuais

(Art. 4º, Parágrafo 2º, Inciso II, LRF)

Tendo como finalidade subsidiar tecnicamente as projeções que constam do anexo de metas fiscais, expomos a base metodológica, bem como o memorial de cálculo utilizado na composição dos valores informados.

A projeção da receita para o exercício financeiro de 2012, levou em consideração a construção de cenários econômicos que procuram se aproximar o máximo possível da realidade.

As metas para o triênio 2012-2014 foram projetadas com base nos parâmetros estabelecidos pelo Governo Federal para o PIB, e no comportamento evolutivo da receita dos últimos anos, procurando evidenciar a perspectiva de um crescimento nominal das receitas e despesas, conforme demonstrativo em anexo. Assim, o crescimento real esperado fundamenta-se, exclusivamente, na observação do comportamento histórico dos índices esperados.

Tendo em vista a dificuldade de aumento efetivo da arrecadação no curto e médio prazo, dada a característica do município de ter como principais fontes de receitas as provenientes de transferências, as medidas de contenção e otimização de gastos públicos se fazem necessárias e tem sido alvo de constante acompanhamento visando à geração de superávit nos próximos exercícios.

Em relação ao resultado primário, sua apuração é obtida pela diferença entre receitas e despesas não financeiras de um mesmo exercício. O resultado do triênio 2012-2014 aponta um equilíbrio entre a variação dos exercícios, evidenciando com isso, a tendência do Município a manter o equilíbrio entre as receitas e despesas não financeiras.

Em relação às projeções das despesas do município, foi considerado o comportamento previsto da receita para os exercícios correspondentes, objetivando manter, ou ainda, ampliar a capacidade própria de investimentos, não comprometendo o equilíbrio das finanças públicas.

É evidente que, para o alcance do equilíbrio fiscal, não seria suficiente apenas promover o incremento da receita, mas também a implementação de ações que visem o racionamento dos gastos públicos. Neste sentido, o Município vem buscando continuamente aprimorar o contingenciamento de gastos adequando-as às receitas, visando com isso, o equilíbrio das contas públicas.

As medidas pretendidas a serem adotadas para proporcionar um crescimento da receita, algumas já estão em curso e outras deverão ser adotadas, dentre as quais destacamos:

- Atualização do Cadastro Imobiliário, visando alcançar imóveis não cadastrados ou que apresentem situação diversa da constante nos registros municipais;
- Políticas de incentivo à instalação de empresas que realizem negócios compatíveis com a política de desenvolvimento do município;
- Recuperação de ISSQN, retroagindo 5 anos;
- Cobrança da Dívida Ativa;
- Atualização da Legislação Tributária Municipal.

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

A Lei de Responsabilidade Fiscal, de maio de 2000, determinou que os diversos entes da Federação assumissem o compromisso com a implementação de uma gestão fiscal eficiente e eficaz. Esse compromisso inicia-se com a elaboração da LDO, quando são definidas as metas fiscais, a previsão e os gastos com as receitas esperadas e a identificação dos principais riscos sobre as contas públicas, tendo continuidade com a revisão desses parâmetros na elaboração do projeto de lei orçamentária e o monitoramento durante sua execução, de modo a garantir que os riscos fiscais não afetem o alcance do objetivo maior: o processo de gestão fiscal e social responsável.

Os principais riscos são de natureza fiscal, abrangendo dois tipos: orçamentário e de dívida.

Os riscos orçamentários são aqueles que dizem respeito à possibilidade das receitas e despesas previstas não se confirmarem, isto é, que durante a execução orçamentária ocorram alterações entre receitas e despesas orçadas. No caso da receita, por exemplo, cita-se a frustração na arrecadação de determinado imposto, em decorrência de fatos novos e imprevisíveis à época da programação orçamentária, principalmente, e as mudanças relativas à aceleração ou desaceleração da economia.

Por sua vez, as despesas realizadas pelo Governo podem apresentar disparidades em relação às projeções utilizadas para elaboração do orçamento, que podem variar tanto em função do nível da atividade econômica, quanto a fatores ligados às novas obrigações constitucionais legais, por exemplo. Ainda assim, é possível equilibrar receitas e despesas da área, uma vez que a determinação e a aplicação de recursos terão aumentos percentuais gradativos ao longo de quatro anos, conforme prevê o projeto em votação; também, haverá maior repasse de recursos pelo Governo Federal ao Município, conforme o número de alunos, no qual se incluirão os alunos da educação infantil e do ensino médio.

Outra despesa importante é o gasto com pessoal e encargos, que basicamente são determinados por decisões associadas a planos de carreira e aumentos salariais. Com o aumento anual previsto para o salário mínimo, o Município terá que rever o Plano de Cargos e Salários, pois alguns níveis salariais irão se equiparar ou terão verbas remuneratórias muito próximas.

Além desse acréscimo, a despesa de pessoal também se elevará pela revisão e redefinição dos valores salariais dos cargos públicos. Havendo possibilidade do Poder Executivo realizar concurso público visando suprir as necessidades da administração para melhoria dos serviços prestados, esta previsão não poderá afetar as contas, já que às despesas decorrentes dos mesmos estão enquadradas na receita prevista.

Os riscos de dívida são oriundos de dois tipos diferentes de eventos. O primeiro, diz respeito à administração da dívida pública, ou seja, riscos decorrentes da variação das taxas de juros vincendos. Já o segundo tipo se refere aos passivos contingentes, isto é, dívidas cuja existência depende de fatores imprevisíveis, tais como os resultados de julgamento de processos judiciais que envolvam o município.

É de salientar que as regras para os pagamentos resultantes de demandas judiciais estão sujeitos ao regime de precatórios, nos termos da Constituição Federal. Também podem ocorrer riscos semelhantes em outros processos, que venham a surgir no decorrer do exercício atual e do triênio 2012-2014, caso das ações judiciais movidas por fornecedores, de que trata o "demonstrativo de riscos fiscais", em anexo. Essas ações judiciais representam risco para o Município, no sentido de que os fornecedores poderão mover processos judiciais, na tentativa de receberem suas dívidas geradas, liquidadas e não pagas em exercícios anteriores, as quais, em sua maioria, não mais

estejam inscritas em dívidas, dadas suas prescrições de prazo para pagamento. E esses riscos, caso ocorram, serão suportados pela Reserva de Contingência.

Em síntese, os riscos decorrentes dos passivos contingentes têm a característica de imprevisibilidade quanto à sua concretização, por haver sempre a possibilidade de o Município recorrer a todas as instâncias judiciais para defender e comprovar a legalidade da ação pública, o que pode resultar na não-ocorrência do impacto fiscal. E, mesmo na ocorrência de decisão desfavorável ao Município, o impacto fiscal dependerá da forma de pagamento que for efetuada, devendo sempre ser liquidada dentro da realidade orçamentária e financeira do Município.

Nesse contexto, os riscos de dívida são especialmente relevantes, pois restringem a capacidade de realização de investimento do Município e, conseqüentemente, a expansão e aperfeiçoamento da ação governamental.

Para permitir o gerenciamento dos resultados do comportamento dessas variáveis sobre as projeções orçamentárias, a Lei de Responsabilidade Fiscal, no art. 9º, estabeleceu a avaliação bimestral das receitas, de forma a compatibilizar a execução orçamentária e financeira, com vistas a minorar o impacto restritivo ao cumprimento das metas fiscais fixadas na LDO, assegurando a tendência prevista e potencializando os efeitos positivos. A avaliação bimestral, juntamente com a avaliação do cumprimento das metas fiscais, efetuadas a cada semestre (opção dada pelo artigo 63 da LRF), permite que eventuais diferenças, tanto da receita quanto da despesa, sejam administradas ao longo do ano, de forma que, os riscos que se materializam, sejam compensados com a re-alocação ou redução de despesas.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS

2012

Demonstrativo I

LRF, art. 4º, § 1

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2012			2013			2014		
	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB
	Corrente	Constante	(a / PIB)	Corrente	Constante	(b / PIB)	Corrente	Constante	(c / PIB)
	(a)		x 100	(b)		x 100	(c)		x 100
Receita Total	58.000.000,00	55.555.555,56	0,073	61.000.000,00	56.004.406,90	0,074	63.800.000,00	49.303.994,11	0,074
Receitas Primárias (I)	55.000.000,00	52.681.992,34	0,069	57.600.000,00	52.882.849,80	0,070	60.300.000,00	46.555.902,63	0,070
Despesa Total	58.000.000,00	55.555.555,56	0,073	61.000.000,00	56.004.406,90	0,074	63.800.000,00	49.303.994,11	0,074
Despesas Primária (II)	54.500.000,00	52.203.065,13	0,069	57.050.000,00	52.377.892,03	0,069	59.700.000,00	46.111.358,42	0,069
Resultado Primário (I – II)	500.000,00	478.927,20	0,001	550.000,00	504.957,77	0,001	600.000,00	444.544,21	0,001
Resultado Nominal	2.800.000,00	2.681.992,34	0,004	2.500.000,00	2.295.262,58	0,003	2.400.000,00	2.020.655,50	0,003
Dívida Pública Consolidada	8.500.000,00	8.141.762,45	0,011	8.100.000,00	7.436.650,75	0,010	7.900.000,00	6.546.923,81	0,009
Dívida Consolidada Líquida	3.600.000,00	3.448.275,86	0,005	3.400.000,00	3.121.557,11	0,004	3.100.000,00	2.748.091,47	0,004
Receitas Primárias Advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000

Nota:

O Cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico.

VARIÁVEIS	2012	2013	2014
PIB real (crescimento % anual)	4,46	4,66	4,62
Taxa real de juros implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	12,20	11,60	11,60
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	1,82	1,86	1,90
Inflação Média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação	4,50	4,48	4,49
Projeção do PIB do Estado em - R\$ milhares	79.148.000.000,00	82.535.000.000,00	86.010.000.000,00

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2012	2013	2014
Valor Corrente/1,0450	Valor Corrente/1,0918	Valor Corrente/1,1408

FONTE:

Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal de Alegre/ES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

2012

Demonstrativo II

LRF, art. 4º, §2º, inciso I

1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2010 (a)	% PIB	II-Metas Realizadas em 2010 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	53.500.000,00	0,034	54.431.538,04	0,045	931.538,04	1,74
Receita Primária (I)	50.420.000,00	0,031	50.530.613,10	0,043	110.613,10	0,22
Despesa Total	53.500.000,00	0,034	56.839.452,27	0,046	3.339.452,27	6,24
Despesa Primária (II)	50.000.000,00	0,030	55.660.687,66	0,043	5.660.687,66	11,32
Resultado Primário (I-II)	420.000,00	0,000	-5.130.074,56	0,001	-5.550.074,56	-1321,45
Resultado Nominal	-3.800.000,00	0,001	-2.218.940,22	0,002	1.581.059,78	-41,61
Dívida Pública Consolidada	4.900.000,00	0,007	8.749.968,00	0,006	3.849.968,00	78,57
Dívida Consolidada Líquida	2.800.000,00	0,004	3.452.282,14	0,000	652.282,14	23,30

FONTE:

Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal de Alegre/ES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2012

Demonstrativo III

LRF, art.4º, §2º, inciso II

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2009	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%
Receita Total	51.769.224,00	53.500.000,00	3,343	53.500.000,00	0,000	58.000.000,00	8,411	61.000.000,00	5,172	63.800.000,00	4,590
Receitas Primária (I)	49.231.691,00	50.420.000,00	2,414	50.500.000,00	0,159	55.000.000,00	8,911	57.600.000,00	4,727	60.300.000,00	4,688
Despesa Total	51.769.224,00	53.500.000,00	3,343	53.500.000,00	0,000	58.000.000,00	8,411	61.000.000,00	5,172	63.800.000,00	4,590
Despesas Primária (II)	50.707.456,00	50.000.000,00	-1,395	49.500.000,00	-1,000	54.500.000,00	10,101	57.050.000,00	4,679	59.700.000,00	4,645
Resultado Primário (I – II)	-1.475.765,00	420.000,00	-128,460	1.000.000,00	138,095	500.000,00	-50,000	550.000,00	10,000	600.000,00	9,091
Resultado Nominal	-4.482.436,00	-3.800.000,00	-15,225	1.500.000,00	-139,474	2.800.000,00	86,667	2.500.000,00	-10,714	2.400.000,00	-4,000
Dívida Pública Consolidada	5.484.622,00	4.900.000,00	-10,659	4.900.000,00	0,000	8.500.000,00	73,469	8.100.000,00	-4,706	7.900.000,00	-2,469
Dívida Consolidada Líquida	-3.647.390,00	2.800.000,00	-176,767	2.800.000,00	0,000	3.600.000,00	28,571	3.400.000,00	-5,556	3.100.000,00	-8,824
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2009	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%
Receita Total	54.000.477,55	53.500.000,00	-0,927	55.854.000,00	4,400	60.610.000,00	8,515	66.599.800,00	9,883	72.783.040,00	9,284

Receitas Primária (I)	51.353.576,88	50.420.000,00	-1,818	52.722.000,00	4,566	57.475.000,00	9,015	62.887.680,00	9,417	68.790.240,00	9,386
Despesa Total	54.000.477,55	53.500.000,00	-0,927	55.854.000,00	4,400	60.610.000,00	8,515	66.599.800,00	9,883	72.783.040,00	9,284
Despesas Primária (II)	52.892.947,35	50.000.000,00	-5,469	51.678.000,00	3,356	56.952.500,00	10,206	62.287.190,00	9,367	68.105.760,00	9,342
Resultado Primário (I – II)	-1.539.370,47	420.000,00	-127,284	1.044.000,00	148,571	522.500,00	-49,952	600.490,00	14,926	684.480,00	13,987
Resultado Nominal	-4.675.628,99	-3.800.000,00	-18,728	1.566.000,00	-141,211	2.926.000,00	86,845	2.729.500,00	-6,716	2.737.920,00	0,308
Dívida Pública Consolidada	5.721.009,21	4.900.000,00	-14,351	5.115.600,00	4,400	8.882.500,00	73,636	8.843.580,00	-0,438	9.012.320,00	1,908
Dívida Consolidada Líquida	-3.804.592,51	2.800.000,00	-173,595	2.923.200,00	4,400	3.762.000,00	28,695	3.712.120,00	-1,326	3.536.480,00	-4,732

Nota:

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

ÍNDICES DE INFLAÇÃO						
Exercícios	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Índices	4,23	4,31	4,40	4,46	4,66	4,62
VALORES DE REFERÊNCIA						
Valor Corrente x (Valor Referência)	1,0431	1,0000	1,0440	1,0450	1,0918	1,1408

Inflação Média (% anual) projetada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo IBGE.

FONTE:

Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal de Alegre/ES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2012

Demonstrativo IV

PREFEITURA-CONSOLIDADO						
LRF, art.4º, §2º, inciso III						R\$ 1,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2010	%	2009	%	2008	%
Patrimônio/Capital-ARL	-39.583.573,13	100,00	23.707.268,28	100,00	16.042.848,51	100,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	-39.583.573,13	100,00	23.707.268,28	100,00	16.042.848,51	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2010	%	2009	%	2008	%
Passivo Real a Descoberto	-58.445.919,42	100,00	4.625.286,43	100,00	3.900.636,17	100,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	-58.445.919,42	100,00	4.625.286,43	100,00	3.900.636,17	100,00

FONTE:

Demonstrativos das PCA's (Prestações de Contas Anuais do Município de Alegre)

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

2012

Demonstrativo V

LRF, art.4º, §2º, inciso III

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2010 (a)	2009 (d)	2008
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	LIQUIDADAS	2010 (b)	2009 (e)	2008
APLICAÇÃO DOS REC. DA ALIENAÇÃO ATIVOS		0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00
Investimentos		0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras		0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida		0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES RPPS.		0,00	0,00	0,00

Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II)	0,00	0,00	0,00
	(c) = (a-b)+(f)	(f) = (d-e)+(g)	(g)
SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (III) = (I-II)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Demonstrativos das PCA's (Prestações de Contas Anuais do Município de Alegre)

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA
DOS SERVIDORES PÚBLICOS-RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
2012

Demonstrativo VI

LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea a

R\$ 1,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2008	2009	2010
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS(Exceto Intra-Orçam.) = (I)	1.219.937,81	1.464.396,77	1.893.282,36
RECEITAS CORRENTES	1.219.937,81	1.464.396,77	1.893.282,36
Receita de Contribuições dos Segurados	1.019.378,09	1.219.458,45	1.541.498,88
Pessoal Civil	1.019.378,09	1.219.458,45	1.541.498,88
Ativo	1.011.472,27	1.194.000,37	1.510.494,07
	7.905,82	25.458,08	31.004,81
Inativo			
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
Inativo			
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00

Receita Patrimonial	200.559,72	242.115,64	351.635,67
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	2.822,68	147,81
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	2.822,68	147,81
RECEITAS CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS(Intra-Orçament.) = (II)	2.186.506,40	2.537.533,39	3.176.200,43
RECEITAS CORRENTES	2.186.506,40	2.537.533,39	3.176.200,43
Receita de Contribuições	2.186.142,92	2.537.286,66	3.175.924,45
Patronal	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	2.021.774,09	2.388.724,90	3.007.940,26
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	45.874,97	55.544,90	68.370,81
Em Regime de Débitos e Parcelamento	118.493,86	93.016,86	99.613,38
Receita Patrimonial	0,00	0,00	275,98
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	363,48	246,73	0,00
RECEITAS CAPITAL	0,00	0,00	0,00
(-)Dedução da Receita	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I+II)	3.406.444,21	4.001.930,16	5.069.482,79
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2008	2009	2010
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS(Exceto Intra-Orçamentária) = (IV)	2.421.420,28	3.284.086,21	4.063.554,28
ADMINISTRAÇÃO	160.980,73	190.455,21	212.201,66
Despesas Correntes	150.874,33	183.350,54	205.896,66
Despesas de Capital	10.106,40	7.104,67	6.305,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.260.439,55	3.093.631,00	3.851.352,62
Pessoal Civil	1.788.795,63	2.258.346,82	2.821.289,67
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	471.643,92	835.284,18	1.030.062,95
Compensação Previd. do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	471.643,92	835.284,18	1.030.062,95
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS(Intra-Orçamentária) = (V)	0,00	0,00	0,00

ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	2.421.420,28	3.284.086,21	4.063.554,28
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	985.023,93	717.843,95	1.005.928,51

APORTE DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	2008	2009	2010
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiência Financeira	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeira	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Demonstrativos das PCA's da Prefeitura Municipal de Alegre/ES

MUNICÍPIO DE ALEGRE/ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS
2012

LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea a

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVI- DENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(d exercício anterior) + C
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c)=(a-b)	
2010	3.433.144,91	4.695.848,66	-1.262.703,75	1.628.793,42
2011	3.614.206,41	6.887.430,67	-3.273.224,26	-1.644.430,84
2012	3.686.609,11	7.683.596,03	-3.996.986,92	-5.641.417,76
2013	3.727.376,69	8.287.939,91	-4.560.563,22	-10.201.980,98
2014	3.758.393,53	8.846.740,26	-5.088.346,73	-15.290.327,71
2015	3.788.711,16	9.382.328,26	-5.593.617,10	-20.883.944,81
2016	3.821.859,88	9.913.369,66	-6.091.509,78	-26.975.454,59
2017	3.839.059,31	10.449.046,40	-6.609.987,09	-33.585.441,68
2018	3.872.436,59	11.024.158,54	-7.151.721,95	-40.737.163,63
2019	3.905.997,97	11.656.030,75	-7.750.032,78	-48.487.196,41
2020	3.926.215,19	12.273.994,99	-8.347.779,80	-56.834.976,21
2021	3.938.550,98	12.859.317,98	-8.920.767,00	-65.755.743,21
2022	3.949.518,48	13.392.763,98	-9.443.245,50	-75.198.988,71
2023	3.962.821,28	13.908.591,59	-9.945.770,31	-85.144.759,02
2024	3.966.862,19	14.410.973,64	-10.444.111,45	-95.588.870,47
2025	3.966.041,16	14.908.374,36	-10.942.333,20	-106.531.203,67
2026	3.976.715,83	15.411.405,29	-11.434.689,46	-117.965.893,13
2027	3.964.779,83	15.817.225,49	-11.852.445,66	-129.818.338,79
2028	3.955.045,18	16.147.193,96	-12.192.148,78	-142.010.487,57
2029	3.926.802,31	16.391.278,49	-12.464.476,18	-154.474.963,75
2030	3.894.647,85	16.569.380,00	-12.674.732,15	-167.149.695,90
2031	3.850.006,45	16.660.923,17	-12.810.916,72	-179.960.612,62

2032	3.811.219,86	16.716.192,64	-12.904.972,78	-192.865.585,40
2033	3.762.433,28	16.750.397,41	-12.987.964,13	-205.853.549,53
2034	3.718.286,01	16.821.876,70	-13.103.590,69	-218.957.140,22
2035	3.674.033,82	16.895.139,80	-13.221.105,98	-232.178.246,20
2036	3.630.619,97	16.934.863,03	-13.304.243,06	-245.482.489,26
2037	3.571.811,60	16.882.035,52	-13.310.223,92	-258.792.713,18
2038	3.513.289,59	16.763.245,72	-13.249.956,13	-272.042.669,31
2039	3.445.518,18	16.562.064,75	-13.116.546,57	-285.159.215,88
2040	3.369.006,84	16.271.232,25	-12.902.225,41	-298.061.441,29
2041	3.285.988,99	15.900.527,65	-12.614.538,66	-310.675.979,95
2042	3.198.492,10	15.473.932,86	-12.275.440,76	-322.951.420,71
2043	3.107.790,94	15.017.041,44	-11.909.250,50	-334.860.671,21
2044	3.015.259,01	14.546.818,69	-11.531.559,68	-346.392.230,89
2045	2.763.349,53	14.069.998,15	-11.306.648,62	-357.698.879,51
2046	2.668.661,15	13.587.887,35	-10.919.226,20	-368.618.105,71
2047	2.572.987,47	13.100.750,84	-10.527.763,37	-379.145.869,08
2048	2.476.416,47	12.609.045,14	-10.132.628,67	-389.278.497,75
2049	2.379.110,69	12.113.598,20	-9.734.487,51	-399.012.985,26
2050	2.281.269,94	11.615.427,39	-9.334.157,45	-408.347.142,71
2051	2.183.071,74	11.115.436,56	-8.932.364,82	-417.279.507,53
2052	2.084.809,84	10.615.121,41	-8.530.311,57	-425.809.819,10
2053	1.986.717,19	10.115.667,97	-8.128.950,78	-433.938.769,88
2054	1.888.989,21	9.618.071,34	-7.729.082,13	-441.667.852,01
2055	1.791.882,17	9.123.636,32	-7.331.754,15	-448.999.606,16
2056	1.695.634,62	8.633.577,52	-6.937.942,90	-455.937.549,06
2057	1.600.660,85	8.150.004,32	-6.549.343,47	-462.486.892,53
2058	1.507.358,75	7.674.942,74	-6.167.583,99	-468.654.476,52
2059	1.416.150,09	7.210.540,15	-5.794.390,06	-474.448.866,58
2060	1.321.275,07	6.727.469,83	-5.406.194,76	-479.855.061,34
2061	1.236.126,00	6.293.920,56	-5.057.794,56	-484.912.855,90
2062	1.153.928,40	5.875.399,16	-4.721.470,76	-489.634.326,66
2063	1.074.812,29	5.472.567,67	-4.397.755,38	-494.032.082,04
2064	998.874,13	5.085.917,14	-4.087.043,01	-498.119.125,05
2065	926.267,89	4.716.231,64	-3.789.963,75	-501.909.088,80
2066	857.322,33	4.365.184,96	-3.507.862,63	-505.416.951,43
2067	792.137,41	4.033.286,22	-3.241.148,81	-508.658.100,24
2068	730.737,69	3.720.660,32	-2.989.922,63	-511.648.022,87
2069	673.115,39	3.427.267,74	-2.754.152,35	-514.402.175,22

2070	619.306,42	3.153.291,36	-2.533.984,94	-516.936.160,16
2071	569.321,72	2.898.786,74	-2.329.465,02	-519.265.625,18
2072	523.106,73	2.663.476,24	-2.140.369,51	-521.405.994,69
2073	480.840,19	2.448.269,79	-1.967.429,60	-523.373.424,29
2074	442.348,54	2.252.283,83	-1.809.935,29	-525.183.359,58
2075	407.401,10	2.074.343,70	-1.666.942,60	-526.850.302,18
2076	375.867,03	1.913.783,27	-1.537.916,24	-528.388.218,42
2077	347.626,99	1.769.994,86	-1.422.367,87	-529.810.586,29
2078	322.373,62	1.641.413,54	-1.319.039,92	-531.129.626,21
2079	299.855,45	1.526.758,90	-1.226.903,45	-532.356.529,66
2080	279.809,02	1.424.689,53	-1.144.880,51	-533.501.410,17
2081	262.122,35	1.334.635,19	-1.072.512,84	-534.573.923,01
2082	246.686,66	1.256.042,06	-1.009.355,40	-535.583.278,41
2083	233.315,38	1.187.960,16	-954.644,78	-536.537.923,19
2084	221.633,28	1.128.479,05	-906.845,77	-537.444.768,96

Fonte:

Projeção Atuarial sitio MPAS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

2012

Demonstrativo VII

LRF, art. 4º, § 2º, inciso V

R\$ 1,00

SETORES/PROGRAMAS/ /BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA				COMPENSAÇÃO
	Tributo/Contribuição	2012	2013	2014	
	IPTU	0,00	0,00	0,00	
	ITBI	0,00	0,00	0,00	
	ISS	0,00	0,00	0,00	
	Taxas	0,00	0,00	0,00	
	Cont. de Melhoria	0,00	0,00	0,00	
	Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	
TOTAL		0,00	0,00	0,00	

FONTE:

Informamos que a Prefeitura Municipal de Alegre, atendendo ao disposto no art. 4º § 2º, Inciso V, da LRF Lei de Responsabilidade Fiscal, não pretende efetivar nenhum tipo de renúncia de receita compreendida como incentivos fiscais, anistias, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

2012

Demonstrativo VIII

LRF, art. 4º, § 2º, inciso V

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2012
Aumento Permanente da Receita	4.500.000,00
(-) Transferências constitucionais	1.900.000,00
(-) Transferências ao FUNDEB	700.000,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	1.900.000,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	1.900.000,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Impacto de Novas DOCC	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	1.900.000,00

FONTE:

Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal de Alegre/ES

MUNICÍPIO DE ALEGRE/ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

2012

LRF, art 4º, § 3º

R\$ 1,00

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
*Aumento do Salário Mínimo e correção da Tabela Padrão da Prefeitura.	650.000,00	*Abertura de Créditos adicionais a partir do cancelamento de dotações de despesas discricionárias.	650.000,00
*Despesas com Pagamento de Juros da Dívida Fundada.	120.000,00	*Abertura de Créditos adicionais utilizando como fonte de recurso o superávit financeiro apurado em exercícios anteriores.	120.000,00
TOTAL	770.000,00	TOTAL	770.000,00

FONTE:

Nota Explicativa:

O aumento do salário mínimo federal, implicará negativamente nas contas públicas do município, uma vez que irá atingir uma faixa maior da tabela padrão salarial da Prefeitura Municipal. Além disso, a possibilidade de correção da tabela de padrão salarial da prefeitura irá aumentar as despesas correntes do município, apesar de não ultrapassarem o limite de gastos com pessoal estabelecido pelos art. 19 e 20 da Lei 101/00.